A renegociação pode mudar

por Reginaldo Heller
do Rio

A chamada fase dois do projeto de refinanciamento da dívida externa brasileira em 1983, constituída pelo "roll-over" (giro) dos empréstimos-ponte e dos atrasados financeiros, e pela negociação de um novo empréstimo-jumbo, pode vir a ser abandonada antes mesmo de negociada.

Com isto, deverá caducar a estratégia brasileira de refinar a dívida, traçada no final do ano passado e representada pela implementação dos quatro projetos.

A informação é de fonte com ligações diretas junto aos bancos que integram o comitê de assessoramento coordenado pelo Citibank. De acordo com essa informação, alguns dos mais importantes credores norte-americanos, integrantes daquele comitê, já se mostram céticos quanto ao esquema clássico de refinanciamento da dívida e sugeriram ao coordenador do grupo, William "Bill" Rhodes, do Citibank, uma ampla renegociação de todo o esquema de amortização do principal e dos juros, por um prazo mais longo.

NEGOCIADORES TAMBÉM MUDARIAM

Segundo as mesmas fontes credenciadas, qualquer mudança na estratégia de renegociação implicará, também, alterações nos atuais canais de diálogo com o governo brasileiro. Em outras palavras, sugere-se um novo negociador oficial. Conforme apurou este jornal, no Rio, os nomes mais cotados nos meios governamentais, especialmente em setores políticos e até mesmo na Seplan, são os dos banqueiros Olavo Egydio Setúbal e Walter Moreira Salles.

Ambos, contudo, já deixaram transparecer que só aceitariam esta delicada missão, "se houvesse uma mudança sensível no estilo de administração pública" (de governo). Eles teriam sido informados, entretan-

to, que uma tal mudança de estilo dependeria, antes de mais nada, de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, ou, na versão oficiosa, "é preciso chegar, primeiro, a um porto, para, somente então, mudar a tripulação". O porto seria o FMI. Setúbal e Moreira Salles gozam de grande prestígio internacional, tendo o segundo vasta experiência no assunto (foi negociador da dívida externa no governo de João Goulart).

HIPÓTESES

No comitê de assessora-mente da dívida externa defrontam-se, agora, duas hipóteses: a primeira, conduzida por Rhodes e com o apoio do governo brasileiro, de aperfeiçoar o esquema de Nova York, mediante "roll-over" dos empréstimos-ponte e dos atrasos financeiros, no valor de US\$ 2,2 bilhões, condicionado a um "roll-over" da dívida com o chamado Clube de Paris (entidades governamentais e internacionais de crédito), no valor de US\$ 800 milhões, e

mais um crédito adicional de US\$ 1 bilhão, somando algo em torno de US\$ 4 bilhões, e, ainda, a concessão de um novo empréstimo praticamente igual para 1984.

A segunda, aventada pelos outros participantes do comitê, tende a reescalar toda a dívida externa, mediante extensão do prazo de amortização — passando de 4,7 anos em média para 7 anos, ou de 8 anos de vencimento para 10 anos. A "tranche" adicional seria garantida pelas entidades governamentais e internacionais, o Clube de Paris, ou por este co-financiada através de captação de bônus. O financiamento dos juros, segundo este novo plano, seria feito com base numa taxa fixa de juros, ou seja, o governo assumiria o compromisso de pagar juros fixos, financiando-se a diferença para mais decorrente de oscilações no mercado internacional. Outra idéia para o pagamento dos juros seria vinculá-los a um percentual das exportações, financiando-se a diferença.